

**Deputado Aníbal Teixeira (PTB-MG)**

— A CPI concluiu que o deputado omitiu informações à Receita Federal em 1990 a 1993, apresentando evolução patrimonial incompatível com as declarações de bens e rendas anuais. Foi verificado, de agosto a outubro de 90, nada justifica a movimentação bancária de US\$ 471 mil — para a CPI, indício de enriquecimento ilícito. Como ministro do Planejamento do governo Sarney, Teixeira deixou o cargo acusado de desvio de verbas do programa de leite.

**Deputado Carlos Benevides (PMDB-CE)**

A CPI do Orçamento pediu a cassação do deputado pela sua participação no desvio de subvenções sociais. A CPI constatou desvio de verbas em duas entidades beneficiadas por Benevides: a Fundação Amadeo Filomeno e a prefeitura de Acaraú (CE). A subcomissão de bancos apurou também que Benevides movimentou, nos últimos cinco anos, US\$ 2,3 milhões em suas contas bancárias, seis vezes o seu salário de parlamentar.

**Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA)**

O parlamentar recebeu em suas contas bancárias nos últimos cinco anos um total de US\$ 2,7 milhões, seis vezes o salário de deputado. Ele recebeu um cheque de US\$ 3,7 mil da Construtora Mendes Júnior, e pagamentos de outros anos do Orçamento. Além disso, Cid Carvalho mandou milhares de dólares de subvenções sociais à Fundação para o Desenvolvimento Comunitário (Fundeco) do Maranhão, omitiu 12 bens em suas declarações à Receita.

**Deputado Daniel Silva (PPR-MA)**

— É acusado de desviar US\$ 29,2 mil de uma subvenção social de US\$ 86,6 mil liberada para a prefeitura de Imperatriz (MA) quando seu irmão David Alves Silva era prefeito. Para justificar o desvio, ele simulou a compra de uma motoniveladora da empresa Construmax, que simulou ter feito uma obra para a prefeitura. A CPI verificou que o patrimônio do deputado apresentou significativa evolução nos últimos cinco anos, incompatível com sua renda declarada.

**Deputado Ézio Ferreira (PFL-AM)**

Seu nome foi encaminhado para o Ministério Público Federal, para investigação de ilícitos penais e civis. Sua movimentação bancária nos últimos cinco anos chegou a US\$ 14,5 milhões, cerca de 35 vezes sua remuneração de deputado. Segundo a subcomissão de bancos, a maior parte dos depósitos não têm origem justificada. Em uma das contas foi encontrado um cheque de uma empreiteira que fazia uma obra para a prefeitura de Manaus com recursos federais.

**Deputado Fábio Raunheiti (PTB-RJ)**

Acusado de sonegação fiscal, enriquecimento ilícito e desvio de subvenções sociais recebidas pelo seu complexo educacional na Baixada Fluminense — a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni) —, que, nos últimos cinco anos, foi aquinhoadado com cerca de US\$ 15 milhões, quase vinte vezes o que o Amazonas recebeu no mesmo período. Além de pedir sua cassação, a CPI sugeriu ao Ministério Público a abertura de processo contra Raunheiti.

**Deputado Flávio Derzi (PP-MS)**

A subcomissão de emendas registrou irregularidades “na destinação e na aplicação de recursos federais”. Na Comissão do Orçamento desde 1990, ele não soube explicar o remanejamento de bilhões de cruzeiros destinados à construção de uma escola em seu Estado. Os documentos sobre o empréstimo de Cr\$ 608,963,00 que fez com o Banco do Brasil em 1990 e que já foi renovado cinco vezes, contra as normas internas do banco, serão encaminhados à Mesa da Câmara.

**Deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA)**

A CPI achou “indícios veementes de enriquecimento ilícito” do ex-líder: foram depositados mais de US\$ 1,5 milhão nas suas contas, nos últimos cinco anos, numa média mensal de US\$ 27 mil. Ele alegou que eram recursos de campanhas, mas a média foi a mesma nos anos sem eleições. O relatório concluiu que seu patrimônio deve ter sido adquirido com “parcela do resultado da fraude orçamentária” e “não traduz suas receitas de origem parlamentar.”

**Deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)**

Não ficou provado que ele sabia do esquema de corrupção, mas o relatório aponta falta de decoro parlamentar, “notadamente enriquecimento sem causa e prática de infração fiscal”. A CPI encontrou US\$ 847,9 mil em suas contas sem origem determinada. Apurou que ele comprou uma fazenda no Rio Grande do Sul com uma subavaliação de 77%, e que usou recursos não declarados à Receita para adquirir um apartamento em Porto Alegre em 1990.

**Deputado João Alves (sem partido-BA)**

Acusado de comandar o esquema de corrupção, ele foi citado no relatório da CPI por dez crimes. É acusado de enriquecimento ilícito, usar o mandato para adquirir bens e vantagens indevidas, promover interesses privados ilegítimos perante a administração pública, permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro enriqueça ilicitamente, exploração de prestígio, corrupção ativa, uso de documento ideologicamente falso e falar com a verdade perante a CPI.

**Deputado João de Deus Antunes (PPR-RS)**

As investigações revelaram que ele desviou subvenções destinadas à Ação Social Evangélica, de Porto Alegre. A CPI descobriu parte da verba nas contas dele e de sua mãe, Maria Antônia Antunes. A conta do deputado na Câmara recebeu, no dia seguinte à liberação pelo Ministério do Bem-Estar Social, 85% dos recursos destinados à entidade gaúcha. Ele mesmo se encarregou de fazer as prestações de contas da entidade, apresentando notas fiscais frias.

**Deputado José Geraldo (PMDB-MG)**

Segundo o relatório, ele foi um dos que agiram com “maior desenvoltura” no esquema das empreiteiras. Criou três entidades sociais fantasmas, com sede nas suas empresas Engesolo, RLMG e Engibrás. Em 1992, as três receberam mais de US\$ 264 mil em subvenções. Foram comprovados vínculos entre suas empresas e empreiteiras como Tratex, Cowan, Via Engenharia e Seige. Em apenas um desses negócios, o deputado recebeu propina de US\$ 1 milhão.

**Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP)**

O relatório aponta falta de decoro parlamentar, desvio de verbas e enriquecimento ilícito — sua movimentação bancária entre 1989 e 1993 foi de US\$ 3,2 milhões. Foi comprovado seu envolvimento com várias empreiteiras, inclusive a Servaz, de quem ganhou um flat em Brasília. O relatório enviará as provas ao Ministério Público Federal para a responsabilização de sua ex-mulher, Marinalva Soares, na gestão do Centro de Convivência da Mulher.

**Deputado Paulo Portugal (PP-RJ)**

É acusado de desvio de subvenções recebidas pela Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade de Bom Jesus de Itabapoana (RJ), de que foi sócio-fundador. Entre 1990 e 1993, a sociedade recebeu US\$ 1,4 milhão. Esses recursos foram transferidos para as empresas Portugal Tannus Ltda. e Ferreira e Tannus Ltda., em que o parlamentar tem participação. O relatório final sugeriu também que o Ministério Público Federal investigue ilícitos penais e civis.

**Deputada Raquel Cândido (PTB-RO)**

O relatório recomenda sua cassação por falta de decoro parlamentar e considera seu comportamento “prática inaceitável”. Ela é acusada de repassar valores a pessoas físicas por meio de emendas ao Orçamento para o Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido, nome de sua mãe. Entre 1989 e 1993, destinou à entidade mais de US\$ 400 mil. O instituto confeccionava bolsas, uniformes e mochilas com propaganda eleitoral da deputada.

**Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE)**

O ex-líder do PFL na Câmara é acusado de exploração de prestígio, de incluir ou alterar 398 emendas no Orçamento de 1992, do qual foi relator-geral, depois de ter sido votado pelo Congresso; de não ter combatido o esquema de corrupção e a influência dos Anões na Comissão de Orçamento; de não ter agido contra as irregularidades no esquema de subvenções sociais quando foi ministro da Ação Social e ter permitido a liberação de recursos para entidades sem prestações de contas.

**Senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO)**

Como presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso em 1991, ele prosseguiu o esquema de corrupção montado pelos Anões. Sua ligação com os deputados João Alves, José Geraldo, Genebaldo Correia e Cid Carvalho evidenciaram a manipulação de verbas em favor de interesses próprios. Enquanto presidiu a Comissão de Orçamento, a Fundação J.R. Aragão, que leva seu nome, recebeu US\$ 673 mil em subvenções sociais. É o único senador que poderá ser cassado.

**Suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ)**

É acusado de sonegação fiscal e desvio de verbas dos Ministérios da Ação Social e da Educação. As verbas — US\$ 6 milhões apenas em 1989 — foram liberadas para a Sociedade Barramansense de Ensino Superior (Sobeu), controlada por ele. A CPI verificou que Nader omitiu vários bens de suas declarações de renda, usou recursos de subvenções sociais para aumentar o patrimônio de suas faculdades e apresentou notas fiscais frias para tentar justificar as despesas da Sobeu.

